

**A FAMÍLIA ESCRAVA NOS PLANTÉIS DOS CONJURADOS
MINEIROS DA COMARCA DO RIO DAS MORTES (MINAS
GERAIS, 1789-1791)***

André Figueiredo Rodrigues**

Resumo: Este artigo analisa, com base nos sequestros de bens listados nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, informações sobre as famílias apreendidas nos plantéis escravos dos moradores presos da comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, entre 1789 e 1791.

Palavras-chave: Família Escrava, Sequestro, Inconfidência Mineira.

Abstract: This article analyze, with base on the distresses inflicted listed in *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, information about the families confiscated in the slave holding to the prisoners residents of Rio das Mortes district, in Minas Gerais, between 1789 to 1789.

Keywords: Family Slavery, Distress, Inconfidência Mineira.

* Este texto se baseia em resultados de pesquisa divulgados em nossa tese de doutorado *Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes*, defendida no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), em 2008, e que contou com o patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processo nº 2004/15892-5. Vale a ressalva que “As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP”.

** Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Assis. E-mail: andrefr@assis.unesp.br

Resumen: Este artículo analiza, con base en los secuestros de bienes listados en los *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, informaciones sobre las familias incautadas en los plantéis esclavos de los habitantes prendidos de la comarca del Río de las Muertes, en Minas Gerais, entre 1789 y 1791.

Palabras-clave: Familias Esclavas, Secuestros, Inconfidência Mineira.

No segundo semestre de 1782, Alvarenga Peixoto escreveu o poema *Canto genethiaco*, dedicado ao batizado de dom José Tomás de Meneses, filho do governador dom Rodrigo José de Meneses. Nesta poesia encomiástica, cuja substância era a relação entre Portugal e a América (nos versos, quase sempre sinônimo de Minas Gerais) e, nela, conforme indicou Laura de Mello e Souza, “a possibilidade do governante metropolitano compreender as especificidades de um mundo diverso”, apareceu descrito, em duas estrofes, o trabalho desempenhado pelos escravos. (SOUZA, 2006, p. 411)¹ Eis os versos:

Esses homens de vários acidentes,
Pardos e pretos, tintos e tostados,
São os escravos duros e valentes,
Aos pesados serviços costumados:
Eles mudam aos rios as correntes,
Rasgam as serras, tendo sempre armados
Da pesada alavanca e duro malho
Os fortes braços feitos ao trabalho.
(...)
Procurar o metal que acode a tudo
É destes homens o cansado estudo.
‘São dignas de atenção...’
(PEIXOTO, 1865, p. 256; 257-258)

Alvarenga Peixoto, proprietário de vastas extensões de terras de mineração e agricultura, utilizava o trabalho escravo e a ele se referiu no excerto acima. Por meio da expressão “vários acidentes”, ele nos indicou poeticamente a existência de homens escravos negros de várias procedências utilizados em Minas.

¹ No capítulo décimo “Um servidor e dois impérios: Dom José Tomás de Meneses” (p. 403-456), da obra *O sol e a sombra*, Laura de Mello e Souza analisou o poema *Canto genethiaco*, seu contexto e identificação com um sentimento nativista no Brasil e a trajetória desse governante, seguindo os passos do pai dom Rodrigo José de Meneses, das armas à administração colonial, sem, contudo, sua carreira deslanchar: nomeado governador de Goiás, foi para capitania do Maranhão, onde permaneceu menos de um ano.

Esses homens de variados tons na cor do negro, como indicado no segundo verso, exerciam múltiplos ofícios. Suas atividades eram uma mistura de resistência e valentia, comprovada no trabalho estafante e nos pesados serviços agrícolas e minerais que desempenhavam na sociedade colonial e com os quais viveu a economia de Minas Gerais, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Trabalhos que a maioria dos homens brancos e dos homens livres se afastava, uma vez que eles consideravam penosos e indignos.

Na quadra final da primeira estrofe ganharam destaque as peculiaridades do trabalho cativo na mineração, ao mudar córregos e leitos de rios para se aproveitar novas catas; ao abrir brechas nos morros para extrair o metal precioso, utilizando-se de alavancas e malhos no desmonte e na perfuração da terra; e a necessária posse de força física por parte do escravo minerador, qualidade indispensável às referidas tarefas. (JOSÉ, 1993, p. 155-157)

Mas, quem eram e de onde vieram os escravos pertencentes aos plantéis dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes?

Questões demográficas da escravidão em Minas Gerais

Dados populacionais para Minas Gerais nos séculos XVIII e início do XIX evidenciaram o predomínio de proprietários com reduzido número de mancipios, de, no máximo, cinco escravos. Francisco Vidal Luna, ao analisar as características socioeconômicas dos centros mineratórios de Pitangui (1718-1723), Serro Frio (1732), Congonhas do Sabará (1771-1790), São Caetano e Vila Rica (1804), descobriu que em todas essas localidades, a maior quantidade coube aos senhores com um ou dois escravos e na maioria desses locais seu peso relativo ultrapassava os 40%. De modo geral, os resultados apresentados demonstraram uma sociedade na qual predominavam, segundo o autor, “incontestavelmente, os pequenos proprietários”. Entre os 3.400 proprietários da amostra, apenas 26 possuíam mais de 40 cativos em seus plantéis, seis senhores tinham escravarias com mais de 60 negros e tão somente uma única pessoa ultrapassou a soma de uma centena de escravos (126 mancipios). (LUNA, 1981, p. 63-159; LUNA; COSTA, 1982, p. 37-40)

Por intermédio de informações censitárias sobre a ocupação da população mineira do século XIX, Douglas Cole Libby informou a estrutura de posse referenciada no setecentos. Entre 6.583 domicílios com escravos pesquisados por ele, apenas 163 tinham grupos mancipios compostos por mais de 30 escravos. Desses, ape-

nas seis contavam com mais de cem, sendo que o maior contingente – e único com mais de 200 cativos – correspondia aos 382 escravos pertencentes à Imperial Brazilian Mining Association, proprietária da Mina do Gongo Seco. As posses, de 50 a 100 escravos, de acordo com este autor, eram em número de 42. O maior grupo de proprietários, em termos de tamanho da posse, era dono de três a cinco cativos (28% do total). (LIBBY, 1988, p. 98)

De acordo com a amostra de Douglas Cole Libby percebe-se que pouco mais de dois terços dos proprietários possuíam cinco escravos ou menos, corroborando informações historiográficas de que as grandes posses eram raras na paisagem mineira dos séculos XVIII e XIX. Laird Bergard, ao analisar 10.028 inventários, de 1713 a 1888, encontrou 111.963 escravos. Em linhas gerais, na média, os proprietários de seis a dez cativos representaram 22% de todos os senhores, de 1720 a 1888. Neste período, 48% possuíam cinco ou menos escravos. Por conseguinte, “cerca de dois terços das famílias possuidoras de escravos mantinham 10 ou menos deles – 18% possuíam de 11 a 20, 11,5% de 21 a 50 e apenas 2,9% mais de 51 escravos”. (BERGARD, 2004, p. 30; 300)

Com base nos dados censitários de 1831 e 1832, Clotilde Paiva escreveu que 51% de todos os proprietários de Minas Gerais, naqueles anos, possuíam três ou menos mancipios. Se a quantificação considerar a posse de até seis cativos, seu número revelou 72% de todos os senhores com unidades escravistas. (PAIVA, 1996, p. 212-214)

Ainda Douglas Cole Libby e Clotilde Paiva, em análise do *Rol dos Confessados* da freguesia de São José del-Rei (1795), anotaram que dos 871 domicílios (fogos) com escravos, ou 50,10% do total de residências, somente sete possuíam 10,20% de toda a escravaria paroquiana. (LIBBY; PAIVA, 2000, p. 29; LIBBY, 2007, p. 434)

Por meio desses indicadores numéricos é possível verificar como são diferentes os plantéis dos sediciosos sequestrados na comarca do Rio das Mortes. Com exceção do padre Manuel Rodrigues da Costa, todos os demais inconfidentes daquela localidade possuíam escravarias superiores a 30 cativos, o que os colocavam em um patamar disforme em relação à maioria dos proprietários da região de Minas Gerais. Vejamos seus números:

TABELA 1
Escravos sequestrados aos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes

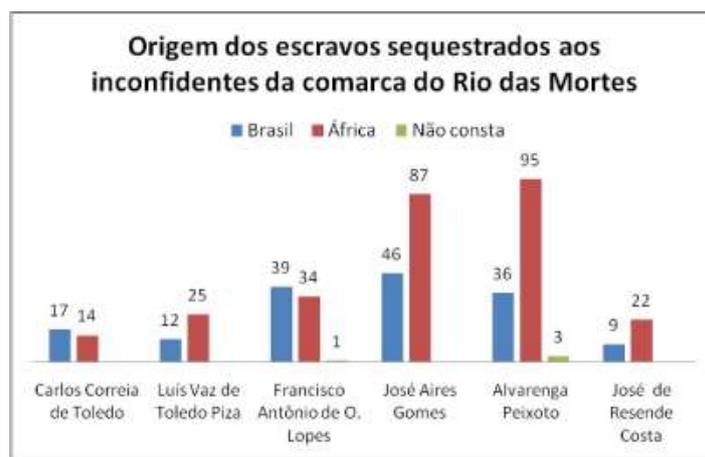
	Homens	%	Mulheres	%	Total
Carlos Correia de Toledo (1789)	28	90,32	3	9,68	31
Luis Vaz de Toledo Piza (1789)	33	89,19	4	10,81	37
Francisco Antônio de Oliveira Lopes (1789)	57	77,03	17	22,97	74
José Aires Gomes (1791)	105	78,95	28	21,05	133
Manuel Rodrigues da Costa (1791)	2	100,00	0	0	2
Inácio José de Alvarenga Peixoto (1789)	112	85,58	22	16,42	134
José de Resende Costa (1791)	24	77,42	7	22,58	31
	361	81,67	81	18,33	442

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – sequestros diversos.

Os inconfidentes da comarca do Rio das Mortes tiveram sequestrados oficialmente 442 cativos, sendo 361 escravos do sexo masculino (81,67%) e 81 do sexo feminino (18,33%). Dos escravos apreendidos, 35,98% eram nascidos no Brasil e 63,12% eram originários da África.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a distribuição desses escravos, segundo a sua origem por inconfidente:

GRÁFICO 1



Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – sequestros diversos.

Pelos números, em linhas gerais, percebemos a presença majoritária de africanos nos plantéis dos inconfidentes, apesar de não ser uniforme. Embora ocorra precisão na indicação dos cativos nascidos no Brasil e na África, a análise dos Autos de Sequestro merece cautela. Quanto ao requisito da origem na África, é difícil saber ao certo se a terminologia utilizada na identificação se referia tão somente aos portos de embarque, às regiões geográficas ou aos grupos étnicos, religiosos, linguísticos ou territoriais de existência efêmera que, hoje, não podemos identificar.

Os notários da devassa, para designar a origem dos africanos, utilizaram termos que se referem ao local de embarque, como mina, que faz referência ao castelo de São Jorge da Mina, de onde saíram os escravos da região do Golfo do Benin, bem como às traduções fonéticas de termos africanos, tais como cobu, “adaptação portuguesa para *kov^omú*, que se refere ao natural de Cové, região de antiga fala *mahi*”; ou até sua localidade específica e grupo linguístico, como o caso de Cabo Verde. (FURTADO, 2006, p. 246-248)

Os negros africanos constituíam 63,12% do total de escravos, sendo que destes, 94 cativos, ou 21,27% do total geral de negros sequestrados, eram denominados angolas; ao passo que 92 ou 20,81% eram benguelas. Estes dois grupos respondiam a 42,08% de todos os mancipios listados pela devassa.

Os escravos de origem angola foram os únicos presentes em todos os sequestros de bens. A “nação” Angola tem sua origem no porto e feitoria de São Paulo da Assunção de Luanda, capital do reino de Angola, onde eram embarcados escravos procedentes das diferentes etnias e estados contíguos.

O tráfico negreiro entre Angola e o Brasil, de acordo com Charles Boxer, tem suas raízes no século XVI, após o estabelecimento de portugueses na região do antigo Reino do Congo. Segundo ele, desde a segunda metade do seiscentos, aquela área já se destacava como a principal fornecedora de escravos para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.²

² Sobre a interdependência do Brasil e de Portugal perante o comércio negreiro em Angola, os conflitos armados originários pelo seu domínio como possessão portuguesa no século XVII e seu fluxo escravista para os portos da América portuguesa, conferir: BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Trad. Olivério de Oliveira Pinto. São Paulo: Nacional, 1973; VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVIII e XIX*. 4. ed. Trad. Tasso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 2002; PUNTONI, Pedro. *A misera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico sul, 1641-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999; PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra. (Org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico sul*. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1999; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Os escravos eram inicialmente embarcados no porto de Cabinda (Mpinda), mas, devido ao aumento de sua transmigração para o Brasil, outros portos foram abertos na costa ocidental africana para expandir a captura e a troca de cativos para adiante dos reinos de Congo-Angola. Serão originários dessa região os maiores percentuais de escravos apreendidos aos inconfidentes mineiros: angolas, benguelas, congos, rebolos e cabindas, entre outros, – 56,33% do total de todos os negros sequestrados.

Charles Boxer, baseando-se em anotações do doutor Luís Gomes Ferreira, no *Erário Mineral*, informou que os escravos angola eram menos adaptados e morriam muito mais rápido do que os demais cativos, quando submetidos ao trabalho intenso das minas de ouro e dos engenhos. Diante disto, ele cientificou que se preferiu utilizar nas Minas Gerais os negros originários da Costa da Mina, para trabalhos minerais e agrícolas, cabendo aos cativos da “nação” Angola serviços domésticos e de acompanhante, como lacaios. (BOXER, 1963, p. 195-196)³

Quanto aos escravos minas, seu termo designa as pessoas trazidas da chamada Costa da Mina (toda a costa da África ocidental – golfo de Benin) e embarcadas no porto e forte de Elmina, na atual Gana.⁴

Estudos demográficos para os primeiros anos da faina aurífera, em Minas, indicaram que, aproximadamente, metade dos cativos presentes na região mineratória era da Costa da Mina, ou como os ingleses chamavam: Costa do Ouro. (LUNA, 1981, p. 140; LUNA; COSTA, 1982, p. 49-50) Esses mancipios vieram para Minas Gerais por serem considerados trabalhadores melhores, mais resistentes às doenças, mais fortes do que os outros negros e hábeis nos trabalhos de mineração. (FURTADO, 2006, p. 248)

Em razão dos cativos minas possuírem conhecimentos técnicos mais avançados do que o europeu e estarem familiarizados com os trabalhos de mineração em suas “nações” de origem, Charles Boxer anotou que “os mineiros preferiam os ‘minas’ exportados principalmente de Ajudá, tanto por serem mais fortes e mais vigorosos (...) como porque acreditavam terem eles poder mágico para descobrir ouro”. (BOXER, 1963, p. 161; 195)⁵

³ Pierre Verger, em seu estudo sobre o tráfico negreiro entre o golfo de Benin e a capitania da Bahia, também nos transmitiu a ideia de que os escravos minas eram mais adaptados ao intenso trabalho mineral e agrícola que os da “nação” Angola. Conferir: VERGER, 2002, p. 63; 68.

⁴ Para uma descrição detalhada do termo mina na África e na América dos séculos XVII ao XIX, designando grupos étnicos ou linguísticos, dependendo de quem fala e quando dele se fala, conferir: LAW, 2006, p. 98-120.

⁵ Eduardo França Paiva escreveu: “Boa parte do ouro explorado durante todo o setecentos nas Gerais e nas capitanias de Goiás, de Mato Grosso e da Bahia, foi recolhido através de técnicas introduzidas pelos africanos [da Costa da Mina] e desconhecidas pelos europeus.” (PAIVA, 2002, p. 189)

No início dos trabalhos de mineração do ouro, dos diamantes e das pedras preciosas, eram usados pratos de estanho nos córregos e rios para separarem-se areia e seixos do material precioso. Com o passar dos anos, esse instrumento foi considerado pouco adequado ao bom desempenho da atividade mineral. Escravos africanos teriam, então, introduzido gamelas feitas com madeira, resistentes ao sol e à água, para separar o ouro e os diamantes do material indesejado. (PAIVA, 2012, p. 190-191)

Quando os proprietários de escravos, dedicados exclusiva ou, principalmente, às atividades extrativistas, escolhiam negros para lavrar a terra, era dada a preferência aos homens mina. Baseando-se em testamentos e inventários, Eduardo Paiva observou que entre os proprietários de dez ou mais escravos, na comarca do Rio das Velhas, área dedicada de maneira mais ou menos intensa à atividade minerária, 40% dos mancipios eram de origem mina. Dos outros grupos étnicos identificados, os da “nação” Angola somavam 26%, os benguelas atingiram 8% e os congo, apenas, 4%. (PAIVA, 2012, p. 188)

Para a comarca do Rio das Mortes, esse autor percebeu uma inversão: os escravos minas representaram apenas 12% do total de africanos com origem identificada, contra 28% de cativos angolas, 16% dos benguelas e 8% dos congos. (PAIVA, 2012, p. 188) Dados extraídos do *Rol de Confessados* da freguesia de São José del-Rei, elaborado em 1795, corroboram a noção de que os mancipios provenientes da África ocidental foram escasseando a partir da segunda metade do século XVIII. Entre os escravos havia 6,80% de minas, sendo necessário lembrar, como informado por Douglas Cole Libby, que “os ‘minas’ alforriados representavam quase dois quintos de seus conterrâneos ainda em cativeiro”. (LIBBY, 2007, p. 432) Esta diminuição comprova-se pelas informações numéricas exibidas por Eduardo França Paiva sobre os escravos que o paulista e coronel José Vieira de Almeida tinha em sua fazenda de criação de cavalos, situada na freguesia de Baependi, em 1780, de que entre os seus 89 cativos nenhum era pertencente ao grupo dos minas. (PAIVA, 2012, p. 188)

A redução numérica de negros mina em Minas Gerais explica-se, inicialmente, pelo próprio processo de ocupação da Costa da Mina pelos portugueses. Atraídos pelo ouro da região, os holandeses tomaram o forte de São Jorge, construído pelos lusos, e passaram a hostilizar as embarcações portuguesas que para lá se dirigiam. Os portugueses acabaram se sujeitando ao pagamento de tributo aos holandeses. As dificuldades de comércio, notadamente com aquela região, e outros motivos, fizeram passar a primazia, nas Minas Gerais, para os angolas, congos, benguelas, etc. (BARBOSA, 1985, p. 71-72)

Os cativos de origem mina, nos Autos de Sequestro, responderam por 4,29% dos escravos listados pela devassa. Dos 19 escravos identificados, o poeta, advogado e minerador Inácio José de Alvarenga Peixoto era dono de 10 deles. No cômputo geral dos seus 134 negros, os minas responderam por 7,46% do total. Nos plantéis do padre Carlos Correia de Toledo e no de seu irmão Luís Vaz de Toledo Piza encontramos, em cada um deles, três mancípios dessa naturalidade, que representavam menos de 10% de seus patrimônios escravistas. Todos os três escravos de Luís Vaz estavam alocados em terras minerais, sendo um deles, João, de 32 anos de idade, avaliado pela devassa em 93\$000 réis – o maior preço de um negro daquele plantel. Com relação aos cativos do vigário Toledo, um estava em sua lavra na Aplicação de São Tiago, um segundo (músico que tocava trompa) em sua casa de morada em São José, atual cidade de Tiradentes, e outro na paragem da Laje, indicado pela devassa como sendo curraleiro, de 80 anos e sem valor algum de venda.

José de Resende Costa teve apenas um único escravo mina sequestrado pela devassa (3,23% do total). Na época de sua apreensão, ele exercia atividades ligadas ao universo exploratório mineral; era casado com uma crioula e, no processo de avaliação dos bens do dono, recebeu o sétimo maior preço e, dentre os de sua idade, foi o melhor avaliado (90\$000 réis).

Do patrimônio escravista de José Aires Gomes, o maior proprietário de terras da Borda do Campo e do alto da serra da Mantiqueira, não encontramos quaisquer referência à presença de escravos minas entre os seus 133 negros, espalhados por seis fazendas confiscadas pela devassa. Acrescenta-se, ainda, que em nenhuma delas ocorria extração de ouro. (RODRIGUES, 2002)

Dos 10 cativos de origem mina sequestrados ao inconfidente Alvarenga Peixoto, apenas quatro deles trabalhavam em suas lavras (2,99%); ao passo que os outros seis estavam alocados em propriedades dedicadas às atividades agropastoris (4,47%).

Estes números confirmaram a afirmação de Eduardo França Paiva de que na comarca do Rio das Mortes, na segunda metade do século XVIII, foi pequena a presença de minas nos plantéis.

No conjunto dos sequestros, os africanos foram a maioria da população escrava. Douglas Cole Libby escreveu que, entre os cativos da freguesia de São José, em 1795, destacavam-se os de origem africana. (LIBBY, 2007, p. 429) Dessa região eram o padre Toledo, Luís Vaz de Toledo Piza, Francisco Antônio de Oliveira e

José de Resende Costa. Nos sequestros desses três últimos inconfidentes predominavam escravos africanos em seus plantéis.

Ao lado dos escravos da África (63,40%), os notários da devassa da Inconfidência anotaram a existência de 153 negros nascidos no Brasil (34,78% do total).

Com exceção do sequestro dos mancípios do padre Rodrigues da Costa, que se constituía unicamente de africanos de origem angola, no dos demais sediciosos encontramos a presença de cativos nascidos no Brasil. O plantel com maior proporção de escravos coloniais em relação ao africano foi o do padre Toledo (54,84%, contra 45,16% de estrangeiros).

Nas propriedades do fazendeiro e coronel Francisco Antônio, os cativos nascidos na América superavam os originários da África por cinco pessoas: 34 negros africanos (45,95%) e 39 coloniais (52,70%), sendo o restante, 1,35%, referente a um cativo sem qualquer informação de seu local de origem. Metade de seu plantel era constituída por escravos de origem nacional.

A menor proporção entre “brasileiros” e africanos verificou-se no sequestro de Alvarenga Peixoto: 26,87% dos cativos eram oriundos do Brasil, enquanto 70,90% vieram da África e de 2,23% não se conhecem a procedência.

Entre os escravos coloniais, os crioulos foram os que tiveram o maior percentual, respondendo por 69,18% dos mancípios de origem nacional ou 24,88% de todos os cativos sequestrados aos conjurados. Descendendo de africanos nascidos na América, os 110 crioulos listados pela devassa dividiam-se em 48 mulheres e 62 homens. Destes números, 19 mulheres e 4 homens eram casados, sendo estes mesmos 4 homens consorciados com mulheres de sua mesma etnia (endogamia) – três casais no plantel de Francisco Antônio e um no grupo de Alvarenga Peixoto. Todos estes casais não deixaram descendência.

Dos mulatos sequestrados, 22 eram homens e 10 eram mulheres. Ainda com relação aos mancípios naturais da colônia, no grupo dos cabras têm-se 7 homens e 4 mulheres; e, no dos pardos, 4 pessoas eram do sexo masculino e 2 do feminino.

Os termos pardo e mulato são equivalentes e designam, em primeiro lugar, uma cor – a mistura entre o branco e o preto. Como no excerto do poema de Alvarenga Peixoto, no início deste texto, e o uso que se fez dessas definições nos Autos de Sequestro indicam a mistura de cores nos tons da cor preta, enfatizando o hibridismo de seu nascimento. O vocábulo cabra nomeava o mestiço do mulato com o negro.

Estas definições indicam, claramente, que os casamentos mistos eram desvalorizados e diferenciados entre os cativos. Infelizmente, em nossa documentação, não nos foi possível detectar a variedade de palavras como mulato, cabra e pardo que pudessem suscitar pejorativamente.

A família escrava

No interior do grupo escravista sequestrado aos inconfidentes do Rio das Mortes encontramos a existência da família cativa.⁶ Dos 442 escravos oficialmente listados pela devassa, constatou-se a existência de 53 pessoas casadas ou com uniões sexuais estáveis, sendo 27 homens e 26 mulheres, distribuídos em quatro sequestros. Além desses, identificamos uma pessoa viúva, uma mãe com dois filhos sem referência ao cônjuge e sem a indicação de ser casada e oito crianças sem menção das mães ou nome do pai nas escravarias (estes poderiam ser forros, falecidos ou pertencerem a outro proprietário).

TABELA 2
Laços familiares entre os escravos sequestrados aos
inconfidentes da comarca do Rio das Mortes

	Casais constituídos				Total
	Com filhos		Sem filhos		
	n ^o	%	n ^o	%	
Francisco Antônio de Oliveira Lopes	2	28,57	5	71,43	7
José Aires Gomes	3	60,00	2	40,00	5
Inácio José de Alvarenga Peixoto	5	55,56	4	44,44	9
José de Resende Costa	1	20,00	4	80,00	5
					26

Fonte: ANRJ/ADIM-C5, v. 7 – sequestros diversos.

⁶ As discussões historiográficas sobre o tema da família escrava em Minas Gerais do século XVIII é extensa. Como este não é o foco de nossa pesquisa, apenas elencamos cinco textos que utilizamos como base para entender essa realidade histórica para a comarca do Rio das Mortes, notadamente voltando vistas para a segunda metade de sua centúria. Conferir: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997; BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007; TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves, MG: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A família escrava em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 455-476; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*, Belo Horizonte: DH-FAFICH/UFMG, v. 23, n. 37, p. 184-207, jan.-jun. 2007.

Das 26 famílias escravas escrutinadas pela devassa, em onze delas verificou-se a presença de filhos (42,31%). Os meirinhos anotaram 23 crianças geradas nestas famílias, sendo 12 homens e 11 mulheres. Além dessas, constatou-se a presença de duas crianças no sequestro de Aires Gomes, sem que sua mãe trouxesse a indicação de ser casada. A mulata Engrácia, de 30 anos de idade, teve informado seus dois filhos menores (Rita, de 6 anos, e o ingênuo Epifânio), também mulatos. Na unidade escravista de Luís Vaz de Toledo Piza constatou-se a existência de Francisco, de 9 anos de idade, sem indicação a quais dos casais sequestrados ele pertencia. Este era irmão de Manuel, de 12 anos.

Na documentação nos chamou atenção o registro de crianças escravas com idade inferior a um ano. Três casais de escravos de Alvarenga Peixoto tiveram filhos nessa situação. Francisco Carapina cabinda e Esperança conga eram os pais de dois crioulos: Manuel e Maria – ela, com seis meses de idade. Lourenço benguela e Marcela crioula, de 50 e 40 anos, respectivamente, eram os genitores de três crioulos, sendo Josefa, de seis meses, Vicência, de 2 anos, e Antônia, de 9 anos de idade. Ao lado destes casais, Antônio mina e Catarina crioula eram pais de Narciso, de oito meses de idade, nascido em fevereiro de 1789. Em setembro deste mesmo ano, Bárbara Eliodora deu a luz ao terceiro filho – Tristão Antônio de Alvarenga. Coube a escrava Catarina tornar-se a ama de leite dessa criança. (FBN, I-35, 11, 13 nº 4)

Consideração importante a ser feita sobre os laços matrimoniais entre cativos, diz respeito à presença de 23 crianças com até dez anos de idade nas escravarias oficialmente sequestradas pela devassa. Interessa reportarmos aqui o caso de Alvarenga Peixoto que não se opunha ao livre estabelecimento de relações familiares e sexuais entre os seus cativos. Em ação de compra de cativos não viu com “maus olhos” a reposição de parte da mão de obra pela natalidade. Alvarenga, em carta a João Rodrigues de Macedo, na época em que exercia o ofício de Ouvidor da comarca do Rio das Mortes (1779), escreveu que o então sargento-mor José Aires Gomes apareceu em São João del-Rei com um lote de 57 negros vindos do Rio de Janeiro:

O sargento-mor José Aires Gomes apareceu aqui com um lote de 57 negros, na verdade excelente, e me fez presente a honra com que vossa mercê me tratava, distinguindo-me para a primeira escolha, e eu que não carecia de negros por ter bastantes, disse-lhe que tiraria alguns somente por sinal de gratidão à lembrança de vossa mercê, e quis tirar somente seis: mas eles me persuadiu [sic] de forma, e a bondade dos negros me tentou tanto, que tirei vinte e quatro. O preço de 140\$000 é muito alto, e o tempo de seis meses, é muito pouco (...). Eu careço de quarenta, até cinqüenta negras, para casar a

flor dos meus negros; estas devem ser de doze até dezesseis anos; já a vossa mercê tinha pedido em Vila Rica que me remetesse até vinte: mas suponho não haveria ocasião até agora: porém sou a dizer que a vossa mercê que elas me são muito úteis, porque além da multiplicação, que podia esperar, ponho-as no Engenho e na Cata, da qual o serviço é muito leve e aplico todos os negros a meter umas águas, das quais certamente provirá logo, não só o meu desempenho com vossa mercê, mas toda a minha fortuna. (FBN, II-31, 31, 15 n° 5, fls. 4-5).

A ampliação da produção agrícola e mineraria nas terras de Alvarenga produziu demanda por mão de obra em um ritmo muito mais rápido do que poderia ser satisfeito por um crescimento endógeno. O caso, explicitado no fragmento da correspondência, permite que se levantem hipóteses sobre a família escrava como uma das formas de exploração dos senhores para manter e ampliar suas bases escravistas, não importando os padrões destas uniões, se naturais da América, África ou criados pela vivência no cativeiro. (FARIA, 1998, p. 300)

No cativeiro, a maior família sequestrada pertencia a Aires Gomes: os mulatos Joaquim, de 35 anos, e Rosa, de 28, tiveram quatro filhos mulatos de seu consórcio: Hipólita (5 anos), Matilde (4 anos), Joaquim (2 anos) e Antônio (6 meses). Um terço de todas as mulatas apreendidas aos sediciosos procedeu dessa família.

Das famílias escravas registradas, apenas em quatro delas encontramos mulheres de origem africana: uma conga (mencionada anteriormente) e três benguelas. A primeira era casada com um africano de origem cabinda. Das benguelas, duas eram propriedades do capitão José de Resende Costa e, também, consorciadas com cativos benguelas. A outra pertencia ao plantel de Alvarenga Peixoto, de nome Florência, de 22 anos e casada com o furriel Francisco, de 40 anos, que apareceu nominado sem qualquer identificação de sua naturalidade. Todas as benguelas não tiveram filhos sequestrados.

Fontes

Fundação Biblioteca Nacional (FBN) – Rio de Janeiro

Divisão de Manuscritos – Coleção Inconfidência Mineira (CIM)

II-31, 31, 15 n° 5 – Carta de Inácio José de Alvarenga a João Rodrigues de Macedo. 28/05/1779.

Divisão de Manuscritos – Coleção Tiradentes (CT)

I-35, 11, 13 n° 4 – Carta de Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira a João

Rodrigues de Macedo tratando da saúde do Senhor Mathias, roupas para escravos, etc. s./d.

Arquivo Nacional (ANRJ) – Rio de Janeiro

Código 5 – Inconfidência em Minas Gerais – Levante de Tiradentes (ADIM-C5)

Sequestros diversos. v. 7.

Referências

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Costa da Mina. In: *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, p. 71-72.

BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Trad. Beatriz Sidou. Bauru, SP: Edusc, 2004.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Trad. Nair de Lacerda. São Paulo: Nacional, 1963.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no Arraial do Tejuco. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 223-250.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Inconfidência, estrutura agrária e escravidão. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 9, p. 161-179, 1989.

JOSÉ, Oíliam. *O negro na economia mineira*. [S.l.: s.n], 1993.

LAW, Robin. Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo 'mina'. *Tempo: Revista de História da UFF*, Niterói: Sette Letras, v. 10, n. 20, p. 98-120, 2006.

LIBBY, Douglas Cole. As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 407-438.

_____. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 17, n. 1/2, p. 17-46, jan./dez. 2000.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

_____; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE; Pioneira, 1982.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Org.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 187-207.

PEIXOTO, Ignácio José de Alvarenga. *Obras poéticas*. Edição de Joaquim Norberto de Sousa Silva. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002.

_____. *A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)*. São Paulo: Globo, 2010.

_____. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História

Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVIII e XIX*. 4. ed. Trad. Tasso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 2002